**PRÁTICAS EDUCADORAS E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

Autora:

Elenice de Alencar Silva

Graduanda em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: elenyce10@gmail.com

Coautora:

Emylle Paula Silva

Graduando em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: emyllepaula@hotmail.com

Coautora:

Rosilângela Ferreira Lopes

Graduando em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: rosy\_lopes2010@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade apresentar de forma reflexiva os resultados do trabalho elaborado por meio da disciplina de Estágio Supervisionado na Educação Infantil, realizado em uma escola municipal da cidade de Imperatriz-MA, sendo esta com crianças entre 2 a 3 anos de idade. O objetivo principal é compreender a prática pedagógica dos profissionais atuantes na educação, problematizando em como esta prática auxilia na construção do conhecimento, na identidade e na relação do docente junto ao processo de formação? Assim, os elementos que nortearam o processo de pesquisa consistiram em analisar os fundamentos legais da Educação Infantil e compreender o papel do educador, sendo que os sujeitos da pesquisa foram os professores e os alunos da escola pesquisa. Os métodos utilizados para a pesquisa se efetuaram através de análise bibliográfica, observações e realização de prática docente durante o estágio, possibilitando a experiência em sala de aula e o contato direto com a realidade de cada aluno e da instituição. Foi possível constatar que através do estágio se vivencia oportunidades para a reflexão e durante a permanência nos espaços escolares as experiências possibilitam a ressignificação do ser professor podendo assim, construir saberes e fazeres mediante as várias situações que irá se deparar no dia a dia, utilizando-se de cada teoria que obteve no decorrer de sua formação, construindo e transformando sua identidade docente.

**Palavras chaves:** Experiências. Pesquisa. Práticas pedagógicas. Educação Infantil.

**1 INTRODUÇÃO**

A escola é o lugar onde o professor coloca em prática seu conhecimento e ao mesmo tempo desenvolve sua competência profissional por ser um espaço de ensino e aprendizagem e por meio das experiências do cotidiano escolar coloca em prática sua visão de mundo tendo a possibilidade de refletir sobre sua docência diariamente, e isso acontece de forma individual e coletiva.

O curso de Pedagogia ao longo dos anos vem buscando ampliar a sua matriz curricular por meio da disciplina de Estágio Supervisionado, possibilitando que o aluno passe a observar e conhecer sua área de atuação com mais ênfase e ao mesmo tempo lhe proporcionando a certeza de prosseguir na área que optou para sua formação, tendo a consciência de que as situações encontradas nas salas de aula são diversas e a ele caberá o desenvolvimento de habilidades para melhor trabalhar o conteúdo com seus alunos.

Por isso, o estágio é o caminho de aprendizagem pela qual o aluno poderá conhecer todas as dimensões da escola, tendo um conceito mais amplo, incluindo os desafios da docência. É um período que possibilita o desenvolvimento profissional e oferece momentos de reflexão das práticas pedagógica exercida, por meio de um olhar atento a realidade da sala de aula, pois será o encontro da teoria com a prática, oportunizando ao discente novas descobertas e experiências.

Assim sendo, o presente artigo tem como finalidade apresentar de forma reflexiva os resultados do trabalho elaborado por meio da disciplina de Estágio Supervisionado na Educação Infantil, realizado em uma escola municipal da cidade de Imperatriz-MA, sendo esta com crianças entre 2 a 3 anos de idade. O objetivo principal é compreender a prática pedagógica dos profissionais atuantes na educação, problematizando em como esta prática auxilia na construção do conhecimento e na identidade e na relação do docente junto ao processo de formação? Assim, os elementos que nortearam o processo de pesquisa consistiram em analisar os fundamentos legais da Educação Infantil e compreender o papel do educador. Os sujeitos da pesquisa foram os professores e os alunos da escola em que se efetuaram as observações e regências. Os métodos utilizados para a pesquisa é através de análise bibliográfica, observações em sala de aula e realização de prática docente durante o estágio, possibilitando a experiência em sala de aula e o contato direto com a realidade de cada aluno e da instituição. A pesquisa teve como bases teóricas as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, a LDB, lei nº 9.394/96 e autores como: Del Priore (1999), Santos (2006), Sommerhader e Alves (2011)**,** Verdum (2013), Pimenta (2010) e outros que abordam a temática.

**2** **FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Os primeiros indícios da instrução da criança no contexto brasileiro ocorrem inicialmente com a chegada dos Jesuítas ao Brasil em que os mesmos catequisavam as crianças indígenas. De acordo com Del Priore (1999, p.59) as crianças indígenas acabaram se tornando prioridade na instrução, pois as mesmas eram deslumbradas como um “papel em branco”:

Na documentação jesuítica quinhentista, há contastes referências ao desejo dos índios de entregarem seus filhos para que fossem ensinados pelos padres. Talvez o ensino da criança indígena pudesse representar também, uma possibilidade de estabelecer alianças entre grupos indígenas e padres, revelando outra dimensão da evangelização das crianças como “grande meio” para se converter o gentio.

É perceptível que a instrução da criança indígena estar ligada intrinsicamente como uma forma de evangelização, mas também como um processo de aproximação entre esses dois povos. Por mais que o ensino jesuítico estivesse relacionado principalmente para a catequização, o ensino estava voltado ao aprendizado da leitura e escrita e da doutrinação. Del Priore (1999) afirma que no aprendizado da doutrina, apostava-se principalmente na sua memorização, e os padres orgulhavam-se dos meninos que sabiam tudo de cor. Para isto, os jesuítas desenvolveram, principalmente, catecismos dialogados.

Dentro da história da educação brasileira percebe-se que desde o início da história no Brasil a educação da criança esteve sobre responsabilidade da família; é perceptível que a instrução da criança engloba-se em uma visão mais assistencialista do que a visão do educar. Os primeiros indícios de politicas educacionais voltadas para escolarização da infância vão ocorrer no âmbito privado no Rio de Janeiro e estas medidas foram importantes, pois propiciam e dá abertura ao se pensar o espaço da criança na escola voltado para cuidar e não educar (MENDES, 2015, p. 98).

As primeiras propostas de instituições pré-escolares no Brasil ocorreram no ano de 1889, quando foi fundado a primeira Instituição de Proteção e Assistência à Infância, localizado no Rio de Janeiro. Ela foi pioneira na pré-escola brasileira. Neste mesmo ano, foi inaugurada a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), criada para acolher os filhos de operários. Os primeiros espaços destinados para o cuidado das crianças pequenas foram criados com uma visão de prestação de serviços.

Nos anos 1900 essa visão assistencialista ainda é bem predominante, tais comportamentos formalizados para organizar a educação junto ao inicio do século XX, a criação desses espaços escolares se deu também em relação à demanda econômica em que o país se encontrava, passando pelo momento de transição na economia pautada na agricultura para o processo de industrialização.

Nestas percepções nota-se um dualismo com a educação infantil: uma educação assistencialista para as camadas menos favorecidas e outra para a elite. A Educação Infantil no Brasil possuía um viés privatista, já que na época o ensino não era obrigatório para esta modalidade de ensino (MENDES, 2015, p.100).

A partir da metade do século XX a Educação Infantil no Brasil em sua maioria é privada, na década de 60 é promulgada a primeira LDB a 4024/61 em que a mesma faz menção da educação pré-primária que seria ofertado nos jardins de infância e escolas maternais. Na reformulação da LDBEN a 5692/71 coloca que a educação para menores de sete anos é direito da criança. As políticas públicas no século XX vão ganhando espaço e discursões sobre os direitos das crianças, propiciando assim a sua consolidação como modalidade da Educação Básica.

A criação da Constituição Federal de 1988 representou uma grande aquisição no que se refere o papel do Estado e dos Municípios, pois passou a garantir o acesso a todas as crianças de 0 a 6 anos (atualmente de 0 a 5 anos) a Educação Infantil onde apresenta em seu Art. 205 a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA procura-se proporcionar os direitos á educação, no entanto, voltado com uma maior abrangência para os direitos humanos que é de suma importância para tal individuo. Outro marco legal que se destacou para estruturação e organização da Educação Infantil ocorrer com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional-LDBEN 9394/96 em que consolida a Educação Infantil como etapa obrigatória na Educação Básica.

Então todos esses órgãos criados, como a ECA em 1990 (Lei 8069/90) que estabelece o direito à criança e ao adolescente a educação, visando o seu desenvolvimento, o preparo para ser um cidadão e a qualificação para o mercado de trabalho; a Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993 (Lei Federal nº 8.742/93) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) a qual reconheceu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica na sociedade, onde são reafirmados os direitos da criança a uma educação de qualidade e gratuita, todos eles possuem a função de assegurar o direito de aprendizagem da criança e do adolescente.

É notório que a Educação Infantil no Brasil, e suas políticas públicas são bem recentes, visto que esta modalidade por muito tempo foi ofertada em caráter assistencialista, essa ruptura vai ocorrer muito em decorrência da LBDBEN de 1996 que a torna como modalidade obrigatória, e viabiliza a sua organização.

O importante dessas políticas é que nesse espaço da escolarização da infância, tão importante para o desenvolvimento cognitivo e psicomotor da criança, esse indivíduo em formação necessita se adaptar e incorporar o processo de ensino-aprendizagem com qualidade priorizando sua etapa de educação.

**3 EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO EDUCADOR**

A Educação Infantil é um período muito importante para o desenvolvimento infantil, pois, torna-se um momento de descobertas, aprendizagens e do desenvolvimento de habilidades pré-existentes. Nesta fase da primeira infância a criança inicia seu processo de desenvolvimento onde será desenvolvida sua capacidade cognitiva, físico e sócio emocional, os quais serão essenciais para a sua vida.

Nesse novo processo que se inicia na vida da criança fica evidente que os seus primeiros contatos com o mundo exterior terá alguns efeitos, pelo simples fato de adaptação em um contexto que o separa de seu cotidiano e a distância entre seus familiares nos primeiros dias será abordada de maneira que estes irão se apresentar com alguns comportamentos, dentre este o choro, o mais característico, porém nem todas as crianças tem esse comportamento.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL, 2017, p. 33).

A Educação Infantil aproxima em seu contexto um requisito muito importante que é a integração com grupos sociais diversos, onde estas interações servem para desenvolver a socialização entre as crianças e construir sua identidade pessoal e autonomia, respeitando as diversidades existentes entre cada uma.

A BNCC destaca seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento indispensáveis à criança na Educação Infantil, os quais são: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, estes direitos servem como base para a construção de comportamentos que fará com que as crianças conheçam a si própria e tomem conhecimento do mundo ao seu redor (BRASIL, 2017, p. 34). Desta maneira, fica evidente que a Educação Infantil é relevante para seu desenvolvimento da criança, pois é na primeira infância onde são construídos os alicerces que embasarão a vida da mesma quando adulto.

Para que assim aconteça é necessário ver a criança como um ser que possui uma personalidade, enxergá-la como um ser dinâmico e que está em constante movimento com sua realidade. Portanto, diante desses aspectos não se trata de um ser estático, sem vontades e muito menos sem uma subjetividade. Nesse sentido a Educação Infantil tem como objetivo fazer que essas características sejam desenvolvidas a fim de contribuir na formação da personalidade da criança fazendo com que ela se desenvolva de forma saudável e feliz.

A Lei de Diretrizes a Bases para Educação Nacional (Lei N. 9394/96), em seu artigo 29 declara:

A educação Infantil está baseada na Lei de Diretrizes e Base da Educação como a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementado a ação da família e comunidade.

Sendo assim, a Educação Infantil segundo a LDBEN torna-se um instrumento de suma importância na vida das crianças que dela participam, pois vem garantir seus direitos como cidadãos, respeitando-os em suas individualidades.

O professor tem um papel de suma importância dentro da Educação Infantil tornando-se um referencial e o principal instrumento de transmissão de conhecimento, pois “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, p. 35).

Em 27 de dezembro de 2009, foi criado a partir da LDBEN, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, o qual em seus artigos já introduziam resoluções para o professor da Educação Infantil com o intuito de trazer uma orientação educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientação didática para os professores que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos (atualmente de 0 a 5 anos). Neste se destaca os seguintes aspectos de desenvolvimento a ser trabalhado na Educação Infantil: A formação pessoal e social; Construção de Identidade e autonomia; Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Estes quesitos são elementos que trabalham e ampliam o conhecimento da criança na Educação Infantil.

Reconhecer as características de cada criança possibilita oferecer formas de aprendizagem que favoreça o desenvolvimento, Santos (2008, p. 39):

A intervenção do adulto é necessária para que a criança vá se apropriando dos códigos sociais dos símbolos, da linguagem, enfim, da cultura de seu grupo. Isso acontece através das diversas situações em que o adulto oferece às crianças condições propicias para que elas experimentem, arrisquem, criem hipóteses, exercitem e desenvolvam suas capacidades. Portanto, cabe ao educador conhecer e considerar a diversidade de hábitos, costumes, crenças, etc., na perspectiva ética, de respeito às diferenças e na perspectiva de ampliação dos contextos de inserção sociocultural das crianças.

Portanto, percebe-se que o ponto central da Educação Infantil é o estímulo as diferentes áreas do envolvimento da criança, despertando assim, sua curiosidade. Para que esses objetivos e outros venham a ser alcançados é necessário que a criança sinta-se acolhida, protegida, cuidada no espaço escolar, através de uma relação de afetividade entre professor e aluno.

A Educação Infantil é primeira modalidade obrigatória da Educação Básica, sendo importante que a criança seja inserida no espaço escolar no tempo adequado a sua idade. Para que essa inserção aconteça de forma satisfatória é necessário um planejamento e políticas educacionais voltadas para essa criança, pois “a entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (BRASIL, 2017, p.32). É de suma importância para a vida da criança, pois juntamente com a família será à base de toda a sua vida escolar e da sua vida em sociedade. No entanto, mesmo sendo a Educação Infantil obrigatória na Constituição Federal de 1988 e direito de todas as crianças, nem todas as crianças são inseridas na pré-escola.

Porém o que compete para que esse ambiente seja próprio para a educação? É necessário, realmente, que seja um ambiente educativo que integre o cuidado, e a educação onde a criança é vista como única e com suas características especificas. Para que isto ocorra são necessárias que as leis que ampara esta faixa etária sejam aplicadas em todos os níveis de ensino (SILVA, p. 39).

É importante que essa criança tenha um espaço seu e que supra suas necessidades para garantir o seu desenvolvimento no que correspondem a seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social. A infância é a fase de principal aprendizagem da criança, em que a mesma estar construindo a sua identidade os meios pela quais ela é incentivada contribuirão para uma vida saudável e cheia de descobertas.

**3.1 A prática pedagógica**

A prática pedagógica é conhecida como a ação desenvolvida em sala de aula que é concebida na relação aluno e professor, sendo assim, a aprendizagem se estabelece no cotidiano escolar. O professor é o mediador do conhecimento, onde através da realidade e necessidade de seus alunos busca estimulá-los ao interesse pelo aprendizado.

Portanto, o professor e o aluno são agentes importantes no processo de ensino e aprendizagem, que torna o aluno um ser autônomo, os induzindo a tornarem-se seres críticos e reflexivos diante da sociedade.

Segundo Verdum (2013, p. 94) “a construção do conhecimento é vista como um processo realizado por ambos os atores: professor e aluno, na direção de uma leitura crítica da realidade”. A prática pedagógica é uma relação onde o professor conhecerá a realidade e necessidade de seu aluno para que seu ensino seja eficaz, abordando assim métodos eficazes e estimulando ao aluno o interesse pelo conhecimento. Para que esse ensino e aprendizagem sejam positivos o docente deve priorizar o planejamento como ferramenta para a realização do bom desenvolvimento do ensino.

É verdade que o professor durante sua prática pedagógica aprende com o aluno ao observar sua realidade e o seu desenvolvimento, e o aluno vai aprender com o professor quando este compartilha seu conhecimento na sala de aula. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, ressalta que a crianças é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010).

Adentrando-se na pesquisa realizada no município de Imperatriz-MA é verificado que as professoras que atuam em salas de aula são formadas, com graduações em Pedagogia e algumas com especialização em Educação Especial. Pode-se observar que as mesmas procuram realizar cotidianamente atividades lúdicas em suas aulas com o objetivo de contribuir na construção do conhecimento das crianças.

O planejamento das aulas dos professores é variável, pois cada professor trabalha de uma maneira em relação ao assunto, pois alguns fazem seus planejamentos semanais antecipadamente e outros vão fazendo de acordo com o dia a dia das aulas. Segundo relatos desses docentes mesmo sendo feito no dia da aula ou depois, tem o propósito de alcançar todos os objetivos e critérios discutidos nos planejamentos, fazendo-o sempre de acordo com a idade de cada criança, respeitando suas faixas etárias e buscando o desenvolvimento de cada criança em sala de aula.

Para fazer ou realizar algo é preciso conhecer cada detalhe, ao observar as atividades na aula campo o formando busca saber e entender sua futura profissão, saindo da teoria eles analisam na prática de outros profissionais da educação, qual o comportamento adequado para certas situações ou os materiais necessários para um bom desempenho no ato de ensinar, pois, conforme Pimenta (2010, p. 28) “Sabemos que para fazer, realizar, é preciso saber, conhecer e ter os instrumentos adequados e disponíveis. Uma das formas de conhecer é fazendo igual, imitando copiando, experimentando (no sentido de adquirir experiência), praticando”.

Assim, os alunos que exercem essa análise copiaram de forma positiva o comportamento e atitudes desses professores observados, não somente dos professores, mas de toda gestão da escola. O futuro educador tem que ter em si a preocupação de colocar em prática tudo que aprendeu e observou. De acordo com Pimenta (2010, p.28) “A profissão de professor é também prática. E se o curso tem por função preparar o futuro profissional para praticar, é adequado que tenha a preocupação com a prática”. O futuro pedagogo deve estar sempre buscando o conhecimento para melhorar o seu trabalho, orientando-se através de leituras e observações.

Um curso de formação de professor só é bem sucedido quando exige de seus alunos o total desempenho na prática, onde os mesmo são motivados a buscar cada vez mais desafios para melhorar a educação, como por exemplo, saber planejar e ministrar uma aula, identificar no momento de estágio os pontos positivos e negativos da realidade da educação.

O entendimento da prática presente nas experiências de microensino é o desenvolvimento de habilidades instrumentais necessárias ao desempenho da ação docente. Um curso de formação estará dando conta do aspecto prático da profissão na medida em que possibilite o treinamento, em situações experimentais, de determinadas habilidades consideradas a priori como necessárias ao bom desempenho do docente (PIMENTA, 2010, p. 55).

Em virtude disso, não basta apenas, a instituição de curso superior oferecer recursos para o sucesso da carreira do aluno, mas sim que esse acadêmico busque o conhecimento do que venha a ser um bom professor para que obtenha sucesso em sua formação.

Sabe-se por outro lado que é necessário, colocar em prática os conhecimentos, pois, atividade teórica e atividade prática, ambas devem estar juntas, pois através da práxis é que o professor mostrará o que realmente aprendeu no decorrer de sua formação, mesmo sabendo que a realidade é bem diferente da teoria. A incumbência partirá dele de tomar atitudes que podem mudar essa realidade a qual agora está inserido.

**4 RESULTADOS E DISCURSÕES**

Foi possível constatar que através do estágio se vivencia oportunidades para a reflexão e durante a permanência nos espaços escolares as experiências possibilitam a ressignificação do ser professor, podendo assim, construir saberes e fazeres mediante as várias situações que irá se deparar no dia a dia, utilizando-se de cada teoria que obteve no decorrer de sua formação, construindo e transformando sua identidade docente.

Essa identidade de professor origina-se quando o educador faz leituras críticas de sua profissão diante da realidade do seu mundo, e busca modificá-la, observa como estar para a sociedade o valor de seu trabalho proporcionado um novo olhar da mesma. É importante ainda citar que um professor precisar fazer sua identidade no mundo através do seu modo de situar-se nele. De acordo com Pimenta (2010, p. 19): “Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor confere á atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua historia [...]”.

Os professores devem assumir um papel de profissionais que fazem reflexões sobre o seu ensino e as condições sociais que o cercam, assim pode enfrentar as injustiças e incertezas presentes na escola e sociedade trazendo uma visão de que seu trabalho deve ser respeitado e valorizado.

Durante esse período foi possível perceber que a professora sempre está atenta a cada criança procurando respeitar o tempo de cada uma e a forma como se desenvolvem, consecutivamente quando diante de situações difíceis procura com habilidade relacionar e solucionar a partir da realidade de cada aluno as suas dificuldades diante das atividades expostas na turma, pois como nos afirma Verdum (2013, p. 96) “a partir de uma prática reflexiva é que a ação do professor poderá assumir um caráter transformador”.

O estágio é um momento de aprendizado em coletivo, sendo que todos os envolvidos no meio promovem novo saberes, já que nos espaços de estágio também se vivencia os problemas e os impasses dos sistemas escolares e a realidade de cada aluno, assim, o futuro professor precisa de auxilio para lidar com situações que por vezes estão além da sala de aula. Desta maneira a contribuição dos professores supervisores e professores da escola direcionando o caminho a ser percorrido pelo futuro professor são essenciais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de ensino não é elementar, pelo simples fato de ter que elaborar aulas que prendam a atenção do aluno e alcancem os objetivos desejados. É preciso saber relacionar os conteúdos as vivências do cotidiano de cada criança. Observar cada detalhe no desenvolvimento das mesmas, sabendo a melhor forma de incentivá-los durante o desenvolvimento das atividades, refletir sobre as ações pedagógicas de cada aula e a melhor maneira de expor os conteúdos de forma que alcancem todas as crianças.

Todos esses quesitos é fundamental para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e por isso o estágio se torna tão importante na formação do discente em Pedagogia, pois através deste as experiências em sala de aula, a relação com os professores, o relato de suas experiências para nossa formação, nos ajudam na concepção da escolha do curso e no caminho que devemos percorrer. A prática nessa perspectiva é um instrumento para que a realidade das teorias seja relacionadas e exercidas com compromisso e de forma cultural e social para a formação dos mesmos.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 13. ed. Brasília: Edições Câmara, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação Infantil Brasília: MEC/SEI.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do** **Brasil**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\_Livro\_EC91\_2016.pdf. Acessado em: 04 de Junho de 2018.

DEL PRIORE, Mary. **A HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

MENDES, Sarah de Lima. **TECENDO A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DO BRASIL INFANTIL.** 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/viewFile/6685/5206. Acessado em: 28 de Junho de 2018.

SANTOS, Heloísa Cardoso Varão. **Educação Infantil**. 2006. 127p. fasc.1: il. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (NEAD). São Luís: 2006.

SILVA, da Maria Elisandre. **A importância da educação infantil para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.** Disponível em http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARIA%20ELISANDRE%20DA%20SILVA.pdf. Acesso em 21 de Maio de 2018 ás 21h30min.

SOMMERHADER, Aline e ALVES, Fernando Donizete. **Jogo e a Educação da Infância: muito prazer em aprender**. Curitiba: CRV, 2011.

VERDUM, Priscila. **Prática Pedagógica: o que é? O que envolve?** Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.4, n.1, jul. 2013. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/viewFile/14376/9703. Acessado em: 01 de Julho de 2018.